

E é este sentido que mais nos agrada a nós paulistas, na ânsia discreta e altaneira que nos domina, de trabalharmos, dia e noite, pela glória imperecível da pátria”.

A ORAÇÃO DO SR. LUIZ SIMÕES LOPES

Terminada a conferência do professor Mota Filho, o secretário da Justiça deu a palavra ao Sr. Luiz Simões Lopes, presidente do D.A.S.P., para que procedesse ao encerramento oficial da “Exposição de Atividades de Organização do Governo Federal”, em São Paulo.

Iniciando o seu discurso afirmou o Sr. Luiz Simões Lopes que, convidado gentilmente pelo governo de São Paulo para encerrar a exposição das atividades de organização do governo federal, havia prontamente acedido, ali estando para expor rápida e singelamente os motivos que haviam originado essa exposição.

Quando o Sr. Fernando Costa havia convidado o Departamento Administrativo do Serviço Público a colaborar no seu grandioso plano de reorganização da administração paulista, seu coração sentiu-se agitado por dois sentimentos: como presidente do D.A.S.P. vislumbrar a possibilidade de ver adotados no Estado *líder* da Federação os princípios pelos quais há tanto tempo se batia, e como amigo de São Paulo, vira chegar o momento de retribuir, em trabalho, e em esforço, o muito que havia recebido em carinho e em afeto. Não seriam medidos sacrifícios, nem dificuldades para alcançar tão nobres objetivos e o tempo, fator indispensável, haveria de brindar o Brasil com um excelente serviço civil.

Nem se pretendia adotar métodos originais, mas transportar para cá a experiência adquirida nos países mais avançados. E se a Inglaterra havia iniciado a sua reforma há mais de cem anos, e se os EE. UU. a começaram em 1883, o Brasil podia se orgulhar de haver caminhado rapidamente em curto espaço de tempo. E a marcha rápida tinha sido possibilitada graças ao apoio do Presidente Vargas e ao regime realístico em que vivemos. Realizava-se, assim, um dos solenes compromissos da Revolução de 30 para com o Brasil. Após uma série de considerações a respeito dos esforços realizados pelo Governo Federal no sentido da

administração pública, e da perfeita ressonância que haviam encontrado tais iniciativas, em São Paulo, sob o governo do Sr. Fernando Costa, relevou a firmeza e o inabalável apoio que o chefe do executivo paulista prestara ao incipiente Departamento de Serviço Público, para o aprimoramento e aperfeiçoamento cada vez maior da máquina administrativa de São Paulo.

Enquanto que, durante 30 anos, se havia discutido, infrutiferamente, no Congresso brasileiro, o Estatuto dos Funcionários Públicos, em cinco anos apenas de regime novo não só foi possível fazer o Estatuto Federal, mas foram decretados e executados os estatutos dos funcionários estaduais e municipais.

Podia pois — disse o orador — encerrar suas palavras agradecendo em nome do D.A.S.P. todas as provas de consideração e de apreço que recebera do governo de São Paulo e dos inúmeros visitantes que tinham percorrido a “Exposição”. Dignos de todos os aplausos eram, também, os ilustres diretores do D.S.P. que, com infatigável zelo vinham realizando uma obra deveras notável.

“Em nome do Sr. Interventor Federal em São Paulo” — concluiu o orador após outras breves considerações, — “declaro encerrada, hoje, a “Exposição de Atividades de Organização” do Governo Federal, efetuada nesta capital, sob o patrocínio do Departamento do Serviço Público do Estado de São Paulo”.

OBJETIVOS ALCANÇADOS

A realização da “Exposição de Atividades de Organização do Governo Federal”, em São Paulo, alcançou, plenamente, os objetivos visados. Antes de tudo, verificou-se o grande interesse do povo paulista pelas realizações da administração pública e pelo espírito que, hoje, norteia o tratamento dos negócios públicos.

Visitado, dia e noite, por milhares de pessoas, o certame constituiu um acontecimento de relevo, na capital bandeirante, e as sementes que ali semeou não de produzir os frutos que assinalarão as novas tendências do Estado e o vertiginoso e benéfico aperfeiçoamento de sua máquina administrativa.

DOS JORNAIS

Que é organização ?

Do “Diário de São Paulo”, edição de 28 de novembro passado, transcrevemos, data venia, o seguinte artigo, assinado pelo Sr. Aldo M. Azevedo (Do I. D. O. R. T. e da A. P. I.):

“Nunca se sentiu tão imperiosa a necessidade de o Brasil se organizar em todos os setores de suas atividades administrativas, econômicas e científicas, nem nunca ocorreu

oportunidade tão propícia ao alcance desse objetivo, como a presente. De fato, o estado de guerra veio exigir uma revisão completa de todos os nossos elementos, procedimentos e meios de ação, em verdadeiro exame introspectivo, realizado com o fim de preencher, reajustar e corrigir qualquer omissão, deficiências ou erros que, por simples tradição, a ignorância e a inércia teem tolerado e conservado impunemente.

Como já disse o ilustre professor e jornalista Agamenon Magalhães, digno interventor em Pernambuco, "A hora é de organização e disciplina".

Todos nós sentimos a profunda veracidade dessa afirmativa. E a plena consciência resultante dessa realidade flagrante nos impõe um enorme desejo de contribuir por todos os modos para que essa grande obra remodeladora do Brasil se processe rápida, mas suavemente.

Todos nós, brasileiros de boa-vontade, queremos organizar ou ser organizados dentro de ordem nacional em pé de guerra. Todos desejamos ardentemente participar, como um parafuso ou engrenagem, da máquina imensa que é o Brasil coeso e pronto para cumprir a sua missão. Para isso, porem, seria util divulgar, em termos simples e acessíveis, o que se deve entender por *organização*, afim de que possa haver uma compreensão geral e uniforme do que se pretende.

Já em 1934, a revista "IDORT", em seus números de abril e agosto, trouxe o seu contingente para o esclarecimento desse conceito, do ponto de vista da Organização Científica do Trabalho, salientando-se a definição de Oliver Sheldon, que considera *organização* como "o processo de atribuir deveres a indivíduos ou grupos de indivíduos, selecionados adequadamente, de modo a atingir efetiva e economicamente fins especificados, através da coordenação e combinação de todas as suas atividades". Nos oito anos decorridos, muitas manifestações da Ciência da Organização e Administração e vários estudos de seus adeptos, em número crescente, vieram trazer novas contribuições, entre as quais cumpre destacar, pelo seu poder e prestígio, a influência exercida pelo D.A.S.P. nos meios governamentais centrais e sua progressiva extensão a toda administração pública brasileira.

A Exposição das Atividades de Organização do D.A.S.P., em boa hora transportada do Rio de Janeiro para nossa capital, além de proporcionar ilustrações objetivas do que tem sido feito na administração federal, no sentido de reorganizá-la segundo os preceitos da Racionalização, ofereceu ao público paulista interessado nessas questões uma série de conferências e palestras, de cunho altamente instrutivo, realizadas por mestres e estudiosos do mais novo dos ramos do nosso conhecimento. Igualmente, o D.A.S.P. presenteou os visitantes com uma coletânea de folhetos que contem alguns trabalhos valiosos divulgados durante o certame realizado em agosto na Capital Federal. Entre esses trabalhos, merece agora referência, pelo assunto versado e pelo cuidado com que foi feito, o do engenheiro Cesar Cantanhede, denominado "A Exata Terminologia em Organização".

Definir, é sabido, além de difícil, é muito perigoso.

Organização é o resultado da ação de *organizar*. Devemos, pois, começar por aí. Mas, *organizar*, por sua vez, vem de *orgão*. Vejamos, primeiro, o que o dicionário informa a respeito desta última palavra. Diz ele que, além de instrumento musical, *orgão* é: — a parte ou estrutura no animal ou planta, adaptada ao exercício de alguma função ou funções específicas; — um instrumento ou meio pelo qual um ato é executado ou um fim é alcançado; — uma parte componente que executa uma função essencial no trabalho de uma máquina complexa.

Percebe-se logo que "orgão" pode ser compreendido diferentemente, conforme o assunto a que se refere ou a pessoa que pronuncia o vocábulo. Para o biologista, a primeira definição é aceitável; para o administrador, a segunda é que serve; para o engenheiro, a terceira é que mais satisfaz.

Organizar é, portanto, dispor órgãos de modo a que desempenhem as funções que lhes cabem, afim de alcançar um certo objetivo, que poderíamos resumir na palavra "viver". Realmente, qualquer que seja o "organismo" ou reunião de "órgãos" — a finalidade essencial e primária é "viver". Sua vida é que conterà, intrinsecamente, a potencialidade para a realização dos demais objetivos.

Já podemos, então, abordar com maior segurança, a definição de "organização".

O Sr. Cesar Cantanhede, no trabalho mencionado, informa que *organização* "consiste em criar e dispor sistematicamente as diversas partes de um todo no exercício das respectivas funções, para alcançar determinado objetivo, com a máxima economia e maior eficiência". Boa definição; talvez demasiadamente particularizada, do ponto de vista de organizador. Penso também que a *economia* e a *eficiência*, como qualidades acidentais da organização, não devem ser incluídas na definição.

Tentemos outra definição mais genérica e mais concisa: *Organização* é um conjunto de elementos heterogêneos integrantes de um todo coordenado para um fim determinado. Ainda outra mais prática: *Organização* é o conjunto de agentes, meios e processos executivos, coordenados para alcançar certo objetivo.

Alguns dirão, como soe acontecer com todas as definições, que seria necessário também definir o que sejam "conjunto", "elementos heterogêneos", "todo coordenado", "fim" ou "objetivo" etc. Mas, eu não irei por esse caminho dispersivo da atenção, porque pressuponho que todos nós temos a noção suficientemente correta do significado do vocabulário ali empregado.

De um ponto de vista mais especial, qual seja o da Ciência da Organização e da Administração, poder-se-ia definir *organização* mais exatamente, a meu ver, assim:

— *Organização* é o agrupamento de indivíduos (1) que agem (2), coordenadamente (3) para a realização (4) de um objetivo comum (5) previamente determinado (6).

Organização, portanto, supõe o pre-estabelecimento de um plano (7) que compreende a classificação do pessoal e das coisas (8), segundo a hierarquia (9) dos cargos e as funções atribuídas a cada um (10), assim como a utilização dos meios (11) físicos de execução, como: locais de trabalho, aparelhagem, instrumental e ferramentas usados e processos empregados, tudo conforme uma seqüência pre-determinada de operações executivas.

Expliquemos isso tudo. *Organização* é sempre um agrupamento de indivíduos (1); porque é indispensável dar-lhe ação, por intermédio de *agentes*, que só podem ser indivíduos humanos. Por conseguinte, esses indivíduos devem agir (2), porque não é possível admitirem-se coisas inanimadas formando uma *organização*, como tijolos, por exemplo. (Uma parede não pode ser considerada uma

“organização” do ponto de vista aqui adotado). Ação coordenada é outra condição (3); senão, seria o caos e não a organização. Age em que sentido, com que finalidade? — Para realizar (4), tornar real, efetivo, um objetivo comum (5), isto é, visado por todos e previamente determinado (6), ou seja conhecido antecipadamente por todos os componentes. Desenvolvendo ainda mais esse conceito, verificaremos a necessidade de um plano (7), isto é, de uma norma de conduta especificada, na qual conste a classificação dos indivíduos e das coisas (8) que participam do conjunto, classificação que se fará segundo a hierarquia (9) ou graduação dos cargos e das funções que cada qual deverá exercer (10) e na qual também se determinem quais os meios físicos (11) a serem utilizados, especialmente os locais de trabalho e suas condições apropriadas, as máquinas e instalações usadas, os processos

adotados, tudo conforme uma sequência de operações determinada previamente em toda sua minúcia.

E, se a *organização* pretende ser cientificamente estabelecida e condicionada, ela deverá então obedecer a certos preceitos, partindo do princípio geral: “Há sempre um modo melhor de fazer qualquer coisa”. Ele é que deu nascimento aos alicerces da racionalização, nos quais se apoiam os métodos de seleção de pessoas, de materiais, de instrumentos, de processos e até mesmo de objetivos. Em havendo vários objetivos para escolha, podemos hoje selecionar objetivamente, pelo método científico, o que é melhor.

Aquí fica o meu grão de areia para a construção desse grandioso edifício ora iniciado, que será a “Organização do Brasil”.

A função pública

Sob o título acima, o “Estado da Baía” publicou, em sua edição de 28 de outubro último, o seguinte artigo escrito pelo Senhor Aurino Pereira:

“Era, noutro tempo, uma turba-multa. Uns sevandijas. Com o seu valor balanceado ao peso eleitoral, sua função era ineficiente. O próprio governo considerava o funcionário público como dessas inutilidades dispendiosas aos cofres de nação. E daí, é que campeava, revoltante, a injustiça administrativa. Às vésperas dos pleitos eleitorais a sua cotação se elevava, mas tão somente nesta particularidade de uma democracia tão mal compreendida. O encaixe de um chefe eleitoral, ou de algum afilhado seu, afrontava a classificação.

Mas, o próprio Governo dava esse exemplo de confusão. A imensa massa do funcionalismo vegetava, inculta, indisciplinada, incivil, egoísta. Se do alto vinha o exemplo da anarquia, com a colocação de amigos políticos em cargos altos do serviço público, não havia senão esperar desse estímulo criminoso a indiferença, o descaso, a improdutividade. Os interessados percorriam uma “via-crucis” para liquidar o seu direito, e somente de “pistolão” em punho se penetrava nas repartições oficiais, se é que se queria mesmo resolvido o pedido.

As cruéis injustiças de preferências escandalosas se consumavam sucessivamente, e era uma luta aberta entre o governo e o funcionalismo, uma rivalidade grave, uma prevenção crescente. Nenhum estímulo. Funcionário público era denominação pejorativa. Uns acomodados mal-ditos. Isto, sim.

A evolução, entretanto, teria que se operar, acima de tudo. Aquele primitivo esboço de mecanização como que foi despertando uma certa curiosidade, na educação do

funcionário. Depois, veio a racionalização. O concurso. E as leis foram tendendo a uma finalidade inteiramente nova. O funcionário começou de sentir, — o que jamais conheceu, a noção da sua responsabilidade. O seu estatuto, se não é ainda o ideal, teve o merecimento da organização da grande classe, que ascendeu gradativamente e se aperfeiçoou pela cultura. Foi a seleção. Se hoje a complexidade da burocracia veio exigir um maior número de atividades, de especializações, num regime novo de contrôles, dúvida não há, felizmente, de que o funcionário se competrou da utilidade precípua de sua solidariedade eficiente no desenvolvimento nacional, como força organizada, criadora, de mentalidade sã.

Desta transfiguração sensível se convenceu, em seguida, o próprio governo, hoje o organizador do Dia do Funcionário Público. Sim, porque admite-se que subsistam exceções hoje, como ontem também as mesmas se anotaram. A remodelação que se observa agora não é uma simples expectativa, entretanto. Mas, concretização acabada. Bem que vale, assim, assinalar hoje o êxito do surto, novo, politicamente. E da conexão a mais íntima destas valorizações, que já se elevam, se tonificam por certo, todas as capacidades para a segurança pública, o bem estar nacional, o amor da Pátria, enfim. A importância social da função pública se reveste de alcance muito mais interessante do que se poderá supor, *prima facie*. No contacto direto com soluções profundas da vida nacional, o cargo público implica uma dose abundante de patriotismo. A imensa máquina se agiganta momento a momento, na proporção do desenvolvimento de todas as iniciativas oficiais. O que dantes era, assim, um mistér desprezível consubstancia hoje uma qualidade de primeira categoria, para a qual o governo reconhece o seu prestígio, numa coparticipação indispensável. Por isto, cobrem-se também de glória os velhos servidores encanecidos ali, na carteira, no trabalho comum do alevantamento do Brasil”.